

TENTATIVAS DA CRIAÇÃO DE UMA COMUNIDADE LUSÓFONA

Viviana Sousa

Esta comunicação discute a busca da criação de uma comunidade luso-brasileira como o resultado de uma longa discussão sobre uma fórmula que reunissem os países de língua oficial portuguesa numa entidade internacional. As intenções da criação de uma comunidade luso-brasileira-africana era um sonho acalentado por Portugal, desde a independência do Brasil. Seu objectivo com isto era primeiramente estreitar os laços de comércio com o Brasil já que o mesmo tinha uma grande importância para a balança comercial portuguesa.

Para não perder os laços com sua antiga colónia (o Brasil), Portugal passou a defender a ideia da criação de uma comunidade luso-brasileira que englobava suas colónias em África, formando assim uma grande comunidade económica de países de língua portuguesa. Esta proposição, para tentar convencer o Brasil da utilidade que poderia ter a criação desta comunidade, era acompanhada pela ideia da criação de um porto livre em Lisboa, era a tão propagada “Porta para a Europa”.

1 - Aproximações luso-brasileiras

A produção de um discurso favorável à criação de uma comunidade luso-brasileira, no transcorrer da história diplomática entre os dois países, passou por várias fases. E foi sobretudo uma idealização por parte de portugueses, embora também houvesse conferências por parte de alguns intelectuais brasileiros (caso de Sílvio Romero). Para a República Federativa do Brasil, uma comunidade luso-brasileira não era bem vista devido aos resquícios e ressentimentos de ex-colônia. Sectores do Estado brasileiro viam na tentativa da criação de uma comunidade luso-brasileira uma possibilidade de “re-colonização”, uma vez que persistiam tantos estigmas dos dois lados dessa relação colonial, conforme demonstraremos nesta comunicação.

A busca da criação de uma comunidade luso-brasileira encontrava alguns obstáculos, principalmente no meio político e publicista do Brasil, vendo no português o seu antigo colonizador que explorou as suas riquezas e queria continuar a fazê-lo. Este sentimento era verbalizado por Eça de Queiroz nas *Farpas*:

A verdade é esta, dizem-no todos os portugueses que visitaram o Brasil, dizem-nos todos os brasileiros inteligentes _ o brasileiro detesta o português. Detesta-o. Um pouco mais ainda talvez do que o americano detesta o Inglês.¹

Mas esses percalços não desfaziam a vontade da elite portuguesa pensante como: publicistas, intelectuais, diplomatas e o meio político, de criarem uma comunidade luso-brasileira, porque aquém do acima exposto, não se podia negar a atracção que o Brasil possuía sobre os portugueses que viam na emigração uma das melhores formas de ascensão económica e no comércio com estes uma óptima forma de colocar os seus produtos nas praças brasileiras.

Alguns autores defendiam que já existia o cerne das ideias para a criação de uma comunidade luso-brasileira logo após a independência do Brasil, ressaltando ainda que a independência do Brasil trouxe uma originalidade na sucessão brasileira, que era a de ter mantido a mesma família real tanto no trono brasileiro quanto no trono português,

¹ ORTIGÃO, Ramalho, *As Farpas XV – aspectos vários da sociedade, da política, da administração*, Porto, Clássica Editora, 1993 p. 135.

os Braganças, facto este que por si só já auxiliava nesta “unidade” política. Já no Tratado de Amizade e Aliança de 1825 ficou determinado que o Rei D. João VI seria simultaneamente Rei do Brasil e de Portugal, o que já simbolizava, segundo os defensores de uma comunidade luso-brasileira, uma união simbólica entre os dois países, conforme o seguinte excerto:

“Art. I – Sua Majestade Fidelíssima, reconhece o Brasil na categoria de Império independente e separado dos Reinos de Portugal e Algarves; e a seu sobre todos muito amado e prezado filho D. Pedro por Imperador, cedendo e transferindo de sua livre vontade a soberania do dito Império ao mesmo seu filho e a seus legítimos sucessores. Sua Majestade Fidelíssima toma somente e reserva para a sua pessoa o mesmo título.
Art. II – Sua Majestade Imperial, em reconhecimento de respeito e amor a seu augusto pai o Senhor D. João VI, anuiu a que sua Majestade Fidelíssima tome para a sua pessoa o título de Imperador.”²

Bettencourt Rodrigues³ concordava com essa teoria e chamava a atenção, devido ao facto de que a ideia da criação do luso-brasileirismo já ter sido discutida no momento da separação do Brasil, e que mesmo José Bonifácio⁴ teria demonstrado este interesse, pois sendo “*vice-presidente de S. Paulo, em 9 de Outubro de 1821, deu instruções aos deputados paulistas, que partiam para as cortes de Lisboa a fim de que esforçassem pela integridade e indivisibilidade dos dois Reinos, Portugal e Brasil*”.⁵

No parecer, datado de 15 de Junho de 1822, da comissão encarregada da redacção dos artigos adicionais, diziam seus membros José Feliciano Fernandes Pinheiro, Antonio Carlos de Andrade e Silva e José Lino Coutinho:

“Os dois Reinos de Portugal e Brasil, considerados independentemente das suas relações mútuas, tem particulares interesses, particular existência; e as leis relativas a esta existência são as que chamamos leis do regime interior de cada Reino. Considerados, porém, os dois Reinos, em suas relações mútuas e com o Império Português, de que ambos são partes, e qual formam pela sua conjunção, tem relações de

² *Tratados e Actos Internacionais – Brasil e Portugal, 1835*, Lisboa, Serviço de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil, 1962 p. 44.

³ Foi membro da Academia de Ciências de Lisboa e do Instituto de Coimbra, Senador da República, Ministro de Portugal em Paris e um dos principais articuladores e idealizadores das relações comerciais luso-brasileiras.

⁴ “Patriarca brasileiro da Independência do Brasil”, político de grande relevância para o processo de emancipação do Brasil.

⁵ Bettencourt RODRIGUES, *Uma Confederação Luso-Brasileira -Factos, Opiniões e Alvitres Provaveis alianças e agrupamentos de Nações*, Lisboa, Livraria Classica Editora, 1923, p. 171.

comércio, recíproco protecção e outros, e as leis que as regulam chamamos leis gerais e de regime comum. É de evidência que as leis gerais, interessando a ambos os Reinos, devem ser feitas por legislaturas comuns a ambos, pois de outro modo seria, um, sujeito ao poder absoluto do outro, o que é contra os princípios constitucionais admitidos”.⁶

Porém a Corte Portuguesa, baseada nesta argumentação, não aceitou a participação brasileira na elaboração de artigos adicionais à Constituição portuguesa. Contudo, como Portugal passou a endurecer cada vez mais seu ponto de vista e não flexibilizou as leis para a autonomia brasileira, José Bonifácio rompeu definitivamente com Portugal e passou a ser o seu maior opositor, frustrando assim uma primeira tentativa de solução para o surgimento de uma comunidade luso-brasileira. Aliás, passou a ser o maior defensor do processo de independência junto a D. Pedro I (D. Pedro IV em Portugal), e com sua influência no meio político brasileiro foi o principal expoente do movimento de Independência.

Já para Silva Rego, a ideia de uma comunidade luso-brasileira surgiu com o Tratado de Amizade e Aliança concluído em 29 de Agosto de 1825 que, no preâmbulo, afirmava: “*os mais vivos desejos de restabelecer a paz, amizade e boa harmonia entre povos irmãos, que os vínculos mais sagrados devem conciliar e unir em perpétua aliança*”⁷. Este discurso vai perpassar quase todas as tentativas de tratados ou acordos comerciais entre Brasil e Portugal, sempre ressaltando a irmandade, a mesma cultura e a mesma língua que uniam os dois povos, salientando muitas vezes uma linguagem mais emotiva que racional. Mas estes discursos não eram de todos aleatórios se somarmos às quantidades de portugueses ainda residentes no Brasil após a sua Independência e da continuação do ciclo migratório para o Brasil, que não diminuiu após a separação formal entre os dois Estados⁸.

Para a formação de uma comunidade luso-brasileira buscava-se acentuar os laços de irmandade e amizade entre os dois países, e o tratado entre esses países em

⁶ Ibidem, p. 167. (sublinhado nosso).

⁷ Antonio da Silva REGO, *Relações luso-brasileiras (1822 – 1953)*, Lisboa, Edições Panorama, 1966 p.04.

⁸ Ocorreu uma diminuição no início do ciclo migratório para o Brasil após a independência, mas que posteriormente foi restabelecido devido à procura de mão-de-obra livre por volta de 1850, com o prelúdio do fim da escravidão, in Jorge Fernandes ALVES, *Os Brasileiros - Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, Gráf. Reunidos, Lda., 1994

1825 reforça esta argumentação: “*Os naturais do Reino de Portugal e seus domínios serão considerados no Império do Brasil como brasileiros, e os naturais do Império do Brasil no Reino de Portugal e seus domínios como portugueses*”⁹.

1.1– Histórico sobre as relações luso-brasileiras

Veremos agora como a ideia da criação de uma comunidade luso-brasileira vai tentar passar do plano do discurso para a prática, ou seja, a tentativa através da criação de leis, convenções, dentre outros, para que a comunidade luso-brasileira pudesse se concretizar e gerar frutos para Portugal o qual acreditava poder ter mercado fiel no Brasil.

No transcorrer das relações luso-brasileiras, ocorreram várias tentativas de ratificações de tratados que buscavam concretizar uma unidade de facto no plano comercial, principalmente por parte portuguesa. Obviamente nem todos foram sancionados pelo governo brasileiro, o que não impedia de se tentar novos acordos entre ambos os países. Existiram vários tratados feitos entre os dois países e Portugal buscava firmá-los para tentar sanar os vários problemas apontados no *Inquérito*,¹⁰ no qual os representantes económicos de Portugal acreditavam que a melhoria do comércio entre os dois passava necessariamente pela afirmação de pactos políticos. Também estes tratados eram desejáveis para resolver problemas referentes ao pagamento de dívidas entre os dois países ou acordos ortográficos (já que a língua era um dos grandes factores apontados como unificador e como manutenção de grande parte da cultura portuguesa). Todavia enfatizaremos neste estudo somente os tratados com fins comerciais.

O primeiro tratado entre os dois países surge logo após Portugal reconhecer a independência do Brasil em 1825. Tal tratado continha algumas peculiaridades que iriam perpetuar-se nos acordos seguintes, pois além dos laços de irmandade, sempre ressaltados nos tratados ou acordos entre os dois países, manifestava-se o medo que Portugal tinha de perder suas colónias em África. Ou mesmo que estas, inspirando-se no exemplo brasileiro, obtivessem suas independências. Também temiam que o recém independente Brasil quisesse influenciar as colónias luso-africanas a conseguirem sua liberdade para se unirem num outro comércio bilateral. Para evitar esse problema, Portugal explicitou claramente seu repúdio a esta ideia logo no primeiro Tratado feito

⁹ *Tratados*, p.5.

¹⁰ *Inquérito op. cit.*

entre os dois países, onde determinava: “*Sua Majestade Imperial promete não aceitar proposição de quaisquer Colónias Portuguesas para se reunirem ao Império do Brasil.*”¹¹

Durante o período que vai de 1825 a 1909, não foram assinados tratados no âmbito comercial entre os dois países. O que existiu foram tratados referentes a pagamentos de dívidas ainda remanescentes do processo de Independência, já que o Brasil ficou responsável pela dívida de Portugal com a Inglaterra¹², e principalmente acordos ortográficos, que também eram vistos como mais um incremento para a manutenção de uma hegemonia da cultura portuguesa no Brasil¹³.

Dentro deste período, Portugal elaborou um tratado, em 1836, que foi colocado em plenário brasileiro para ser ratificado. Após um longo debate, opiniões contra e a favor foram proferidas, o tratado não foi sancionado, mas a votação demonstrava a participação política que Portugal ainda possuía no Brasil, pois a votação foi de 45 votos contra e 37 a favor. Devemos ressaltar que o Parlamento brasileiro ainda possuía uma participação significativa de portugueses “abrasileirados”, seja pela nacionalização (forçada)¹⁴ ou por serem descendentes directos da grande colónia portuguesa residente no Brasil. Os pontos que não agradaram aos parlamentares contrários ao tratado com Portugal eram:

- 1 – Um privilégio injusto, a redução de 5%, exclui o mercado brasileiro outros produtos estrangeiros e favorece os comerciantes portugueses no Brasil, que já detêm o controle do comércio nacional;
- 2 - Um tratado impolítico: vai motivar reclamações, senão atritos, com outras nações, especialmente a Inglaterra, que paga os direitos «da nação mais favorecida»;

¹¹ *Tratados*, p.44.

¹² O tratado de 1825 foi desvantajoso para o Brasil pois determinava que além das indemnizações a Portugal pelas despesas de guerra na luta pela manutenção do Brasil como colónia ainda previa o fim do tráfico de escravos o que geraria um grave golpe a economia brasileira, tudo isto orquestrado por D. Pedro I (IV em Portugal) para ter garantido o direito de herança da Coroa portuguesa. Cf. Jorge CALDEIRA, *A Nação Mercantilista – Ensaio sobre o Brasil*, São Paulo, Editora 34 Ltda, 1999, pp. 380, 381.

¹³ Nomeadamente a grande colónia portuguesa no Brasil era uma excelente consumidora dos produtos portugueses, mas além da colónia os comerciantes e representante do governo viam com bons olhos que este comércio se estendesse aos outros cidadãos, e temiam que com a chegada de milhares de emigrantes a configuração da população brasileira pudesse se alterar substancialmente afectando assim a base das vendas dos seus produtos.

¹⁴ Os portugueses que viviam no Brasil e quisessem participar da vida política teriam que se nacionalizar.

3 – A ausência de reciprocidade: o tratado é vantajoso a Portugal e prejudicial ao Brasil. Este é ponto central da crítica que se lhe faz.”¹⁵

Tanto no Brasil quanto em Portugal a defesa para a manutenção de uma melhor relação comercial, era baseada praticamente no mesmo argumento: a amizade entre os dois países. A defesa parlamentar para a assinatura do tratado afirmava que:

“... a amizade presente, mantida pelo tradicional tratamento privilegiado concedido ao comércio português. Apesar dos estremecimentos da separação, a Câmara deve julgar acima das paixões, preservando os laços especiais que unem os dois países...”¹⁶

Sobre a não assinatura do tratado com Portugal, em 1836, ocorreram discursos no parlamento tentando explicar o porquê do ressentimento existente no Brasil contra Portugal.

Dois ressentimentos conservaram o Parlamento, desde o início, quanto às relações com Portugal. O primeiro feria o interesse nacional e resultava do indevido pagamento da independência, após ter sido conquistada. O segundo feria o orgulho nativo com o empréstimo da soberania por uma dinastia estrangeira, após a aclamação popular. Em nenhum dos casos tivera o Parlamento a possibilidade de influir.¹⁷

Mas a recusa brasileira em participar de uma comunidade luso-brasileira ou pelos menos de não empenhar-se o suficiente, tem significado não somente um preconceito de ex-colônia para com a sua antiga metrópole, como também se insere no contexto histórico econômico da época, que colocava uma parte da diplomacia brasileira ao lado das ideias dos Estados Unidos da América, de fechar-se no próprio continente.¹⁸

“Com o advento da República, a política externa brasileira conhece um processo bastante complexo de reorientação levado a efeito pelo novo regime, sob

¹⁵ Amado Luiz, CERVO, *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*, Volume 21, Brasília, Coleção Temas Brasileiros, Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 41.

¹⁶ *Ibidem*, p. 42. (sublinhado nosso para chamar a atenção sobre o discurso de irmandade e de se manter privilégios aos portugueses em detrimento de outras nacionalidades).

¹⁷ *Ibidem*, p. 40.

rítmos e fundamentações variados, entre 1890 e 1914. Esse processo sumariamente implicava um relativo afastamento da órbita europeia tradicional e uma aproximação, em variados sectores, dos Estados Unidos e do sistema continental em construção.”¹⁹

Antes da Proclamação da República brasileira (1889), o Parlamento já se declarava contrário à manutenção de tratados com a Europa de uma maneira geral, pois via nesses tratados com o “velho continente” uma continuação do antigo pacto-colonial. A maior reclamação do Parlamento Brasileiro era contra a Inglaterra com a qual tinha feito o Tratado de Comércio e Navegação com o Brasil.²⁰

Como se pode observar no gráfico , as exportações para Portugal eram relativamente baixas no contexto económico brasileiro nas duas primeiras décadas do século XX. Também os produtos exportados pelo Brasil para Portugal eram os mesmos produzidos nas colónias portuguesas, ou seja, produtos tropicais. Esses eram comprados por Portugal basicamente para compensar o Brasil por ser o seu melhor cliente. E tal facto ocorria ainda pelo elevado número de portugueses que controlavam as casas comerciais do Rio de Janeiro.

¹⁸ No fim do século XIX e início do século XX, os Estados Unidos da América era o maior comprador dos produtos brasileiros, nomeadamente do café e da borracha. Por outro lado, o Brasil vislumbrava uma troca cada vez maior entre os dois países, por isso buscava estreitar seus laços com os Estados Unidos.

¹⁹ Hélder Gordim da SILVEIRA, “Uma interpretação do significado da Primeira República Portuguesa” in Maria Manuela Tavares RIBEIRO, (Coord.), Portugal-Brasil – *Uma visão Interdisciplinar do Século XX, Actas do Colóquio 2 a 5 de Abril de 2003*, Coimbra, Centro de Estudo Interdisciplinar do Século XX da U.C. – CEIS20, Quarteto, 2003, p. 93.

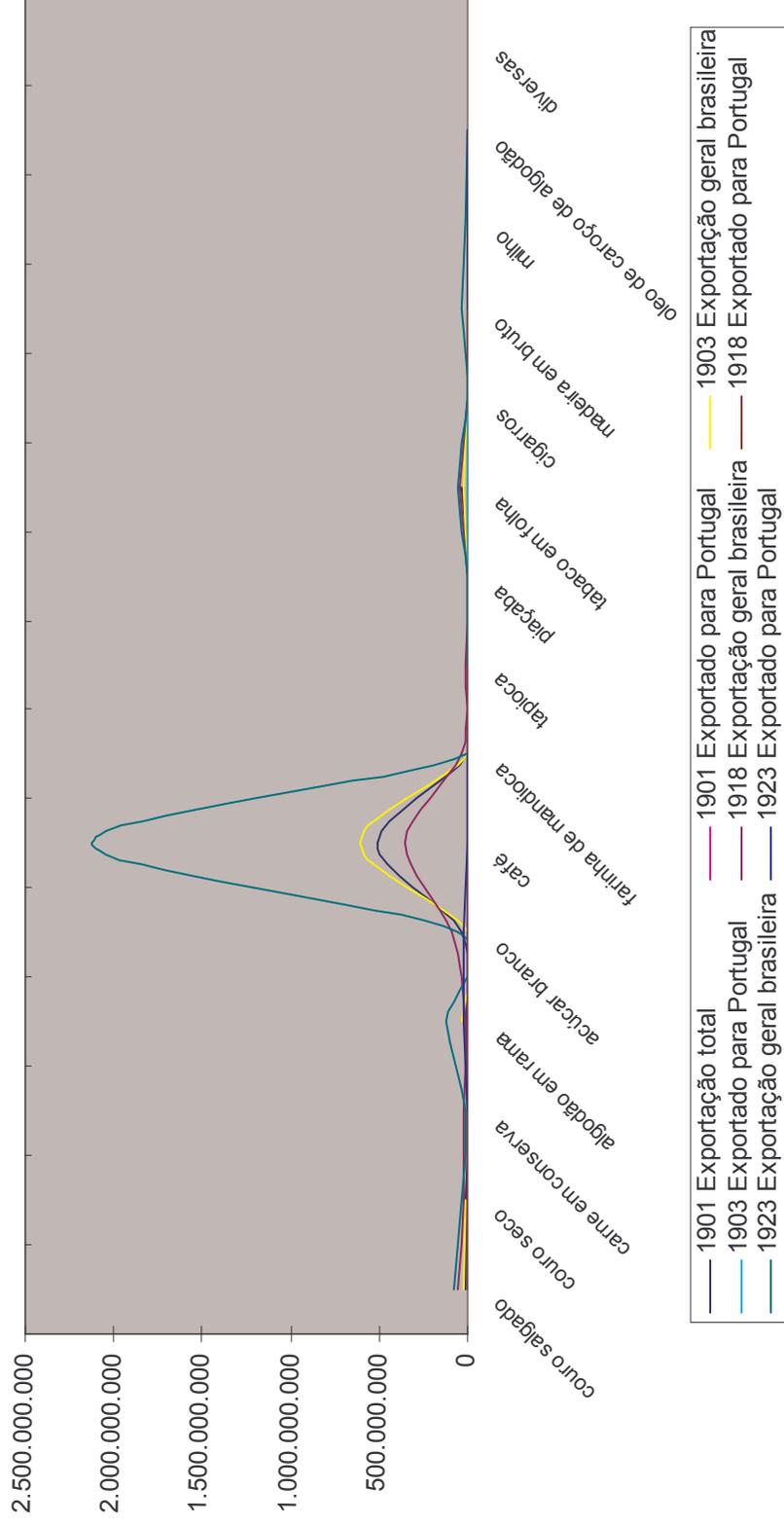
²⁰ O tratado inglês, numa de suas cláusulas, determinava que os produtos ingleses deveriam entrar no mercado brasileiro com tarifas mais baixas que qualquer outro país, fazendo com o que as alfândegas brasileiras perdessem bastante na sua arrecadação, e principalmente, de barganha para negociar com outros países, já que a tarifa para qualquer país não poderia ser inferior que a determinada para a Inglaterra.

Como mostra o gráfico abaixo, o Brasil, no início do século, era um país basicamente agrário, dessa forma Portugal, sendo também um país agrário, enfrentava dificuldades para continuar fornecendo produtos ao Brasil, facto que gerou um dos principais problemas a ser solucionado por Portugal. Visto que, não podendo comprar o café brasileiro, Portugal não tinha muitos argumentos para tentar aumentar a sua exportação para aquele país, observemos a curva do café na exportação brasileira e vê-se o quão insignificante era o restantes dos outros produtos para o Brasil.

A balança comercial brasileira nos períodos de 1901 a 1923, demonstrava que o comércio com Portugal significava apenas 2,21% das transacções comerciais. Embora Portugal fosse um dos melhores compradores do algodão, do açúcar, da farinha de mandioca, da carne em conserva e do óleo do caroço de algodão brasileiros.²¹ Isto se dava principalmente porque as trocas ocorriam por intermédio de fornecedores portugueses residentes no Brasil. Porém, sendo a economia brasileira baseada na produção do café, como nota-se no gráfico abaixo da exportação brasileira no ano de 1923, Portugal não era um parceiro de grande relevância como país consumidor dos produtos brasileiros .

²¹ Cf. Francisco Ribeiro SALGADO, *Interesses económicos luso-brasileiros*, 1ª edição, Lisboa, Livraria. J. Reis & Silvas, 1927., p.30.

Posição ocupada por Portugal no comércio da exportação geral brasileira



Por qual razão o Brasil aceitaria tratados com Portugal já que não teria vantagens por ser o maior produtor de café do mundo e Portugal não necessitar de seus produtos agrícolas, pois suas colónias na África lhes abasteciam de produtos similares aos produzidos no Brasil? Assim não se aplicava um dos princípios básicos da economia, ou seja, a tão defendida divisão internacional de trabalho²², no caso de Portugal, não havia esta reciprocidade para com o Brasil.

Em 25 de Março de 1909, foi assinada uma convenção de arbitragem entre Brasil e Portugal que voltava a ressaltar a “irmandade”, onde no preâmbulo se lê:

“Concordando que a perfeita harmonia de intenções e a absoluta cordialidade de sentimentos que entre si unem Portugal e o Brasil requerem a realização de quanto possa concorrer para mais claramente confirmar a sinceridade e assegurar a permanência de tais intenções e sentimentos, e para manter e mais dilatar, se é possível, os íntimas relações políticos e económicas das duas nações...”²³

Com o advento da República em Portugal, o discurso de irmandade entre os dois países permaneceu inalterado. A política externa portuguesa no início do século XX buscava justificar ou acalmar as inquietações existentes no seio das grandes colónias no estrangeiro, que exigiam uma justificativa para as mudanças políticas ocorridas em Portugal²⁴.

No Brasil, a colónia portuguesa dava sinais de que não aceitava facilmente uma mudança brusca do regime, ainda mais porque possuíam vários súbditos fiéis à monarquia, somados a este chegou um novo grupo de emigrantes portugueses

²² Ricardo David defendia que: “Num sistema de comércio perfeitamente livre, cada país consagra o seu capital e trabalho às actividades que lhe são mais rendosas...”. Assim sendo cada país se especializaria naquilo que melhor tivesse condições para poder competir no mercado mundial, gerando assim, uma melhor distribuição de riqueza e bem-estar para todas as nações do mundo dito civilizado. In David RICARDO, *Princípios de Economia Política e de Tributação*, Tradução de Maria Adelaide Ferreira, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1975, p. 149.

²³ António da Silva REGO, *op. cit.*, p.44, sublinhado nosso, para ressaltar esta irmandade, já que se fala de absoluta cordialidade entre os povos para reafirmar que os tratados se baseavam muito mais em sentimentos do que em dados económicos concretos.

²⁴ A colónia portuguesa no Brasil empenhou-se bastante para receber a comitiva real, que deveria participar na Exposição Nacional do Rio de Janeiro de 1908, na qual se comemorava o centenário da abertura dos portos (ou chegada da família real ao Brasil). Este facto provocou momentos de grande carga emocional e fervor patriótico, ressaltado ainda mais pela forma violenta da morte do rei. Cf Regina Maria Seixas dos SANTOS, *Portugal na Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908: Significados e Intenções*, Porto, Dissertação para Mestrado em relações históricas Portugal, Brasil, África e Oriente, Universidade do Porto, 1999.

descontentes com o novo regime, razão pela qual, a representação diplomática portuguesa se preocupou em estreitar ainda mais os laços fraternais entre os dois países.

Para o Brasil, foi nomeado primeiramente um paladino da República, o Ministro do Fomento, doutor António Luís Gomes, que posteriormente foi sucedido por Bernardino Machado e Duarte Leite e segundo o historiador Joaquim Veríssimo Serrão: *“Todos iam incumbidos de valorizar os aspectos sentimentais e históricos que justificavam a aliança entre os dois povos, na medida em que o novo regime apostava na força dos laços da amizade que nos uniam à grande nação irmã.”*²⁵

Entre os grandes defensores de uma comunidade luso-brasileira destaca-se Consiglieri Pedroso, representante da Sociedade de Geografia de Lisboa. Numa das suas várias tentativas de promover esta ligação entre os dois países, em 25 de Janeiro de 1909, foi aberto um concurso para manutenção memorialística acerca da colónia portuguesa do Brasil. O tema devia recair sobre:

(...) o modo mais eficaz de promover a união moral da colónia portuguesa no Brasil com a mãe-pátria, apresentado os alvites para evitar a sua desnacionalização e indicando igualmente os meios mais apropriados para lhe dar a indispensável força na luta contra as outras colónias estrangeiras que ali lhe disputam a influência.²⁶

Segundo Consiglieri, o Brasil corria um sério perigo de “desnacionalização” com a chegada em massa de emigrantes de outras nacionalidades, destacando principalmente os italianos, alemães, japoneses e outros. Segundo os preceitos defendidos por Consiglieri e outros, Portugal, para manter boas relações económicas com o Brasil, deveria apoiar-se na colónia de emigrantes portugueses que ali existiam e principalmente contar com os laços eternos, consanguíneos, culturais que sempre eram exaltados para a manutenção dos laços afectivos e comerciais com o Brasil.

Sobre o tema da “desnacionalização”, tem-se a opinião contrária de José Barbosa que, referindo-se à proposta “Consiglieri Pedroso”, rebate algumas das suas ideias no que diz respeito aos estrangeiros no Brasil:

²⁵ Joaquim Veríssimo SERRÃO, História de Portugal, A Primeira República (1910-1926), História Diplomática, Social, Economia e Cultural, Volume XII, 2ª Edição, Editorial Verbo, 2001, p. 24.

²⁶ “Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Janeiro de 1909”, pp. 133-137, in António da Silva REGO, *op. cit.*, p. 50.

O Brasil precisa de milhões de estrangeiros. Não lhos podemos dar. Há de procurá-los em outros países. Mas, como é um país que se sabe governar e que nunca, nem sob este nem sob o antigo regime, deixou de demonstrar sentimentos patrióticos e ardor cívico, não corre o perigo, que V. Ex.^a entreviu na colonização italiana e alemã, de se desnacionalizar.²⁷

Segundo José Barbosa, a cultura, a língua e alguns hábitos de consumo e muitas outras das características portuguesas, estavam bastante enraizadas no Brasil, não necessitando da ajuda de mais imigrantes portugueses para se perpetuar ou reafirmar esse estilo de vida. Ressaltava ainda que não só a colónia portuguesa consumia os produtos portugueses, mas também a população nativa, pois vários destes produtos já tinham mercado garantido no Brasil, como é o caso do vinho, do azeite, e da batata, dentre muitos outros produtos. Este comércio era o que realmente deveria ser incentivado com um tratado justo para ambos os lados, caso contrário, o Brasil, como qualquer outro país, não aceitaria.

José Barbosa considerava, em relação ao problema da desnacionalização, que o Brasil já o tinha resolvido por meio da escola, visto que passou a adoptar na sua legislação que o ensino teria que ocorrer em todo o território nacional na língua portuguesa²⁸, e passou a constar também o ensino religioso católico, um dos pilares da cultura portuguesa que seria assim também preservado.

Já Francisco Ribeiro Salgado²⁹, um comerciante português, após longa pesquisa sobre o comércio entre os dois países, acusava que as tentativas da criação de uma comunidade luso-brasileira eram ainda falhas. Seguindo as ideias defendidas pelos seus antecessores e até mesmo contemporâneos, como Rodrigues Bettencourt, colocava a questão cultural como sendo um factor primordial:

²⁷ José BARBOSA, *op. cit.*, p. 8.

²⁸ *Ibidem*, p. 27.

A aproximação económica entre Portugal e Brasil, a despeito de todos os esforços empregados, a fim de conseguir dela o máximo de benefícios para os dois países, está ainda longe de ser o que era licito esperar que fosse, tendo em consideração as afinidades de raça, de língua, de costumes e sobretudo os grandes núcleos de imigrantes portugueses nas principais cidades do Brasil³⁰.

José Barbosa discordava de que acordos comerciais pudessem ser feitos baseados numa nacionalidade comum, já que: “*A única razão sólida que hoje determina os tratados de comércio e, portanto, os favores que as nações fazem umas as outras, é a capacidade que elas oferecem para o consumo recíproco de produções.*”³¹ Ou seja, não são as relações afectivas que movimentam o mundo dos negócios, mas sim os interesses recíprocos que possam haver entre os países, não envolvendo somente sentimentos e sim numerária.

Esta resposta foi dada em réplica à conferência de Consiglieri Pedroso, que depositava na colónia portuguesa no Brasil, principalmente na do Rio de Janeiro, o sucesso das relações comerciais com o Brasil, e ressaltava que o perigo residia também na “*perda da nossa clientela pela concorrência dos outros produtores de géneros similares, pela falta de perfeição do preparo e do acondicionamento dos nossos e pela ineficácia da nossa organização mercantil.*”³²

A proposta de Consiglieri Pedroso foi uma das tentativas para a criação de uma comunidade luso-brasileira, propondo a criação de uma comissão geral permanente com o título de “comissão luso-brasileira” que teria os seguintes fins:

“1º - Estudar a forma mais adequada de se realizarem congressos periódicos luso-brasileiros (...) respeitando-se escrupulosamente a independência de cada um deles e

²⁹ Francisco Ribeiro SALGADO, *Interesses económicos luso-brasileiros*, Lisboa 1ª edição, Livraria. J. Reis & Silvas, 1927; Francisco Ribeiro SALGADO, *Relações Comerciais Luso-Brasileiras - alguns subsídios para a sua melhor apreciação e orientação*, Lisboa, Edição do Autor, 1929.

³⁰ Francisco Ribeiro SALGADO, *Interessess*, prefácio

³¹ José BARBOSA, *op. cit.* p. 47. Sublinhado nosso, para ressaltar a discordância do autor com relação as ideias defendidas por Consiglieri que aponta a unidade de raça como sendo o meio mais seguro de acordos económicos.

³² *Ibidem* p. 52.

evitando-se toda e qualquer interferência, por mínima que seja, na vida interna e no modo de ser dos dois países reciprocamente.

2º - Estudar a forma de se negociar um tratado de incondicional arbitragem entre Portugal e as suas colónias de um lado e o Brasil do outro e de se realizar a conveniente cooperação das duas nações em assuntos de carácter internacional.

3º - Estudar a forma de se ultimar, com a urgência que razões óbvias aconselham, um tratado de comércio, ou antes um largo entendimento comercial entre as duas nações, procurando-se a maneira, até onde for possível vencer as dificuldades naturais inerentes ao assunto, de que uma à outra concedem respectivamente vantagens especiais que deixem de ser transmitidas aos outros Estados, não sendo, portanto atingidas pela cláusula de nação mais favorecida, inscrita actualmente nos tratados já existentes tanto de Portugal como do Brasil com os países estrangeiros.”³³

Segundo o descrito acima, um dos objectivos colocados era a coalizão entre Brasil e Portugal para poder unir os seus produtos (matérias-primas similares da África e do Brasil) e juntos conquistarem uma fatia do mercado mundial. Isto deixa claro que em Portugal acreditava-se no potencial brasileiro como exportador de produtos tropicais e matérias-primas, mesmo que não o fosse naquele momento. Não se pode deixar de relacionar esse desejo português de uma maior ligação com o Brasil ao Ultimato Inglês de 1890, já que este deixou os portugueses de sobressalto e com temor constante de perder as suas colónias. Portugal, não tendo capital suficiente para manter a empreitada em África, incluía o Brasil no seu “abraço” transatlântico, pois somando a produção das colónias e do Brasil poderia haver uma chance real de expansão económica. E segundo as ideias preponderantes, Portugal seria o centro deste grande império.

Em Portugal, dava-se alguma importância ao que se dizia do Brasil relativamente à sua área económica, já que, o sucesso deste provaria a competência de Portugal em gerir as suas colónias, pois teria “deixado” o Brasil bem preparado. “*É o documento vivo da nossa capacidade de colonizadores e administradores coloniais, capacidade que frequentemente nos contestam para só nos concederem por mercê muito especial, a de mariantes aventureiros e conquistadores.*”³⁴

³³ “Proposta de Consiglieri Pedroso” in José BARBOSA, *Relações*, pp.13-14.

³⁴ Regina Maria Seixas dos SANTOS, *Portugal na Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908 - Significados e intenções*, Porto, Dissertação para Mestrado em relações históricas Portugal, Brasil, África e Oriente, Universidade do Porto, 1999, p. 38.

A proposta de Consiglieri era interessante para os estudos das relações entre Brasil e Portugal, porque praticamente todas as propostas que vieram posteriormente teriam como fundo de debate estes três tópicos:

- Formar centros de estudos luso-brasileiros, culturais, linguísticos, entre outros;
- Realizar tratados entre os dois países, mas ressaltando a similitude das suas produções e unindo os seus produtos tropicais (Brasil e colónias portuguesas em África), tentando manter a unidade exportadora perante o mundo das suas produções homogéneas (a tentativa portuguesa da criação do porto franco em Lisboa);
- Sempre que se tentava fazer um tratado entre Brasil e Portugal eram enaltecidos os laços indissolúveis de amizade e irmandade em primeiro plano.

Contudo, mal surgiu esta proposta logo, fortes opositores foram criados, dentro e fora de Portugal. José Barbosa era um desses opositores, acusava-a de utópica e tentava demonstrar que Portugal não podia pedir reciprocidade já que não tinha mercado consumidor para os produtos brasileiros.

Sobre este assunto José Barbosa afirmava:

“Quanto ao conselho da alínea 3º discordamos dele por completo. Porque entendemos que o tratado de comercio, ou como se lhe queira chamar, não pode em hipótese alguma, dar-nos «vantagens especiais que não sejam atingidas pela clausula de nação mais favorecida» concedida pelo Brasil a outros países... Por quê? Pela razão singela de que *business is business* e eles são maiores compradores dos géneros brasileiros do que Portugal...”³⁵

O que ele tentava demonstrar é que países como os Estados Unidos, Inglaterra e até mesmo a Espanha possuíam uma troca de mercadorias mais intensa com o Brasil que Portugal, portanto, fazer um acordo nestas bases era impossível, já que o Brasil necessitava de acordos mútuos para vender os seus produtos, principalmente, o café.

³⁵ José BARBOSA, op. cit., p. 53

Mas o seu discurso não é contrário a um tratado entre Brasil e Portugal, apenas discute a forma como deveria ser feito este tratado, alegando que a proposta de Consiglieri não estaria correcta. Defende que se o Brasil era um grande consumidor de produtos portugueses, o que de facto era, então por esses motivos deviam ser estimulados pela grande colónia portuguesa no Brasil que, em verdade, eram os maiores consumidores dos produtos portugueses. Este estímulo se daria, prioritariamente, fornecendo géneros de boa qualidade.

Mas todas essas teorias do luso-brasileirismo encontravam resistência do lado brasileiro, pela já razões expostas, inclusive de uma certa atitude reservada em relação a sua antiga metrópole e aos países europeus. O Brasil havia se tornado uma república e, teoricamente, havia preterido Portugal por laços mais estreitos com os Estados Unidos da América. Tudo isto fazia com que o Parlamento brasileiro olhasse para os tratados com a Europa com muita prudência.

O governo brasileiro tem acolhido sempre com a máxima polidez e cortesia os enviados diplomáticos de Portugal, encarregados da negociação do famoso tratado. Tem-lhes deixado compreender que firmará esse convénio – salvas ligeiras modificações – para ser agradável a Portugal, e assim mostrar os bons desejos de que está animado o Brasil nas suas relações como o nosso país. Resta apenas uma pequena dificuldade a vencer... obter a ratificação do congresso. E é onde sempre esbarram, ou não de esbarrar as negociações encetadas.³⁶

Os discursos parlamentares sobre a aproximação ou não do Brasil com a Europa inseriam-se numa discussão mais ampla, que digladiava republicanos e monarquistas. Tradicionalmente os monarquistas defendiam a manutenção de uma política externa favorável à Europa, pois achavam uma aberração histórica a aproximação do Brasil com a política americana (leia-se Estados Unidos). O motivo desta separação era que para os republicanos tradicionais nenhum exemplo melhor poderia existir que não fosse o modelo dos Estados Unidos e, para os monarquistas, a questão era de que a nobreza tinha sua ascendência na Europa.

José Barbosa usou o discurso do luso-brasileirismo para defesa das suas ideias republicanas, pois acusava a monarquia pela crise do comércio reinante já que, para ele,

³⁶ Mariano PINA, *Portugal e Brazil*, Lisboa, Ed. José Bastos, 1896, p. 168.

a república brasileira teria melhores veículos de diálogos se Portugal também a adoptasse:

“Só a Republica, fecunda geradora de pátrias, criadora de consciências livres e de cidadãos, nos armará para todas as vitórias.

Só a República, com a qual em breve há de ressurgir a energia viril da antiga e heróica pátria, saberá e poderá reirmanar as duas nacionalidades em que se fala a forte e rude, a doce e plagente língua...”³⁷

2 - Uma âncora para a comunidade luso-brasileira: a criação de um porto franco em Lisboa

Como já foi dito anteriormente, para a formação de uma comunidade luso-brasileira era necessário convencer o Brasil de que este acordo seria interessante para si. Os problemas para a criação desta comunidade eram principalmente o pequeno mercado consumidor português, dada a similitude dos produtos brasileiros com os produtos produzidos nas colónias portuguesas em África.

Pensou-se na criação de um porto franco, pois o Brasil teria mais um motivo para aceitar a tão esperada comunidade luso-brasileira, já que unindo os produtos tropicais brasileiros aos das colónias portuguesas em África e posteriormente centralizando em Lisboa para distribuírem por toda a Europa, teriam o monopólio destes produtos e conseqüentemente conseguiriam vendê-los a bons preços. Os argumentos a favor da criação deste porto franco eram:

A possibilidade da conquista e manutenção mútua dos mercados internacionais pela união dos produtos idênticos do Brasil e das colónias portuguesas; e, principalmente, para o Brasil a utilização das excelentes bases comerciais e militares que a situação geográfica das colónias portuguesas lhes oferece para a sua maior expansão económica.³⁸

³⁷ José BARBOSA, *op. cit.*, p 116.

³⁸ Francisco Ribeiro SALGADO, *Interesses*, p. 45.

Segundo Francisco Salgado, para Portugal seria necessário este tratado de união com o Brasil, já que no meio diplomático e político português acreditava-se que a Alemanha queria tomar posse de suas colónias³⁹ e um acordo com o Brasil era visto em Portugal como sendo um apoio também a sua política externa, ajudando assim a manter sobre melhor controle suas possessões em África, principalmente se a concretização do objectivo do porto franco de Lisboa e da manutenção de uma linha de navegação que ligaria os três continentes de uma forma mais rápida e eficiente fosse concretizada.

Além deste factor, surge, após a 1ª Guerra Mundial, a ideia que consistia em afirmar e provar que nenhum país colonial deveria continuar detentor das suas colónias se não tivessem condições económicas para as desenvolver. Se não dispusessem de colonos e de capitais em qualidade e em quantidade suficientes, as metrópoles deveriam cedê-las a outras potências com mais capacidade tanto económica quanto estratégica e, principalmente, de capitais de forma a manter o domínio sobre territórios que não eram capazes de administrar.

Salgado afirmava que em vez de Portugal ser mais um concorrente brasileiro na disputa pela venda de produtos agrícolas, passaria a ser parceiro, já que os dois países lusíadas trabalhariam na conquista e manutenção mútua dos mercados internacionais. Por meio da união dos produtos idênticos do Brasil e das colónias portuguesas “*deve ser mesmo esta a principal base para a assinatura de um Convénio económico luso-brasileiro com todas as condições de viabilidade e de duração.*”⁴⁰

Tanto Ribeiro Salgado quanto outros portugueses acreditavam na criação do grande “império” comercial. Baseavam-se em estudos estatísticos sobre as relações entre os dois países e sobre as ideias de unificação em grandes comunidades. Essas ideias eram defendidas por alguns países imperialistas como a Itália, Espanha e até mesmo o Brasil que acreditavam poder fazer grandes associações económicas com países que tivessem características comuns, seja na língua, cultura ou na história recente. O Brasil acreditava na formação de uma grande comunidade na América Latina, já que existiam laços em comum que os ligavam, como a luta contra os países imperialistas que os exploraram ainda em colónia e queriam perpetuar esta exploração.

³⁹ “O continente africano constituía o pomo de ambição das grandes potências que se mostravam ciosas de obter amplas zonas de soberania naquele continente, In. Joaquim Veríssimo SERRÃO, op. cit., p. 25

⁴⁰ Francisco Ribeiro SALGADO, *Interesses*, p. 40.

Esta grande comunidade luso-brasileira seria assim formada:

Em frente ao Brasil a colónia portuguesa de Angola; S. Paulo de Luanda quase na mesma latitude da Baía; o arquipélago de Cabo Verde a cinco dias de Pernambuco; Lisboa a dez dias do Rio de Janeiro e dezassete dos portos meridionais do Brasil notando-se ainda que os Açores se encontram no cruzamento de todas as linhas de navegação que ligam a Europa à América Central, e, pelo canal do Panamá, as repúblicas latinas do Pacífico; e que a ilha portuguesa de S. Vicente de Cabo Verde e o brasileiro de Fernando de Noronha se encontram numa mesma linha de navegação, ligando o norte do Brasil ao porto de Lisboa, sendo todas estes territórios de língua portuguesa⁴¹

No Brasil havia uma corrente de pensadores que acreditavam que Portugal era a porta do mercado europeu para as suas mercadorias e isso está bem claro no discurso de Spencer Vampré. Era o discurso dos que defendiam uma maior união entre Brasil e Portugal mesmo não esquecendo das dificuldades de exportação para o mercado português que, além de pequeno, ainda possuía suas colónias em África com os produtos similares aos brasileiros.

Este porto era inviável economicamente, pois era uma idealização política conjuntamente com o plano da criação de uma comunidade luso-brasileira entre os dois países. Dentre os factores ressalta-se algumas falha deste projecto para a criação de um porto franco em Lisboa :

- O facto de que a Inglaterra ter sido um dos maiores parceiros comerciais do Brasil, juntamente com os Estados Unidos da América, dificultava Portugal de conseguir vantagens comerciais com o Brasil. Esta ideia era buscada pelo plano diplomático e político, por meio da criação de tratados bilaterais, mas geralmente não eram ratificados pelo Brasil;
- Saindo do âmbito do bilateralismo económico tentado por Portugal, deve-se observar que, no início do século, crescia cada vez mais a ideia do multilateralismo, no qual a Inglaterra desempenhava um papel de primeira ordem, ainda que este tendesse a tornar-se menos exclusivo em vésperas da

⁴¹ Ibidem, p. 54.

guerra. Sobretudo era o Porto de Londres que realmente desempenhava o papel de entreposto de primeira grandeza;

- Temos o facto ainda de que Lisboa, embora já tivesse representado em épocas remotas um grande entreposto, não o era no início do século XX, devido a sua localidade pois, para os grandes consumidores das matérias-primas brasileiras, os Estados Unidos da América e a Inglaterra, não havia necessidade do porto lisboeta;

- E finalmente a grande maioria da classe política brasileira não cogitava esta ideia de união com Portugal, pois, no âmbito da política externa, o Brasil estava inclinado para a economia americana.

Estes foram os pressupostos básicos, mas o tema em si, naquele tempo histórico específico, não tinha como ser sustentado pelos argumentos portugueses. Nosso objecto de pesquisa teve como pressuposto apresentar o resultado desta busca de unidade luso-brasileira, privilegiando o lado português.

Havia no Brasil também a participação de pessoas eminentes para a consolidação desta comunidade luso-brasileira, porém o momento histórico colocava o Brasil com perspectivas em outros horizontes para a sua política externa. Assim, voltava-se cada vez mais para uma política de aproximação com países da América, perfazendo um caminho inverso do português.

Portugal acreditava que, tendo suas colónias em África e um grande aliado como o Brasil, poderia fornecer para a Europa matérias-primas, transformando-se num porto franco dentro da Europa. Era dessa forma, aliás, que Portugal tentava convencer o Brasil de que, mesmo não consumindo os seus produtos, poderia ser-lhe útil como uma “porta de entrada da Europa”, discurso este empregado até os nossos dias sempre que os dois países se encontram para debater questões económicas.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1 - FONTES IMPRESSAS

Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, *Inquérito para a Expansão do Comércio Português no Brasil*, Porto, 1916.

Tratados e Actos Internacionais – Brasil e Portugal, 1835, Lisboa, Ser. De Propaganda e Expansão Comercial do Brasil, 1962.

2 – REVISTAS BIENAIAS

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

- I^a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP e Outros Documentos do Biénio 1996/1997 – 1997/1998.

3 – BIBLIOGRAFIA

ALVES, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros - Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, Gráf. Reunidos, Lda., 1994.

BARBOSA, José, *As Relações luso-brasileira - a imigração e a «desnacionalização» do Brasil*, Lisboa, 1909.

CALDEIRA, Jorge, *A Nação Mercantilista – Ensaio sobre o Brasil – Brasil*, Editora 34 Ltda, São Paulo, 1999.

CERVO, Amado Luiz, *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*, Volume 21, Brasília, Coleção Temas Brasileiros, Editora Universidade de Brasília, 1981.

ORTIGÃO, Ramalho, *As Farpas XV – aspectos vários da sociedade, da política, da administração*, Porto, Clássica Editora, 1993.

PINA, Mariano, *Portugal e Brazil*, Lisboa, Ed. José Bastos, 1896.

REGO, António da Silva, *Relações Luso-brasileiras (1822-1853)*, Lisboa, Panorama, 1966.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (Coord.), *Portugal-Brasil – Uma visão Interdisciplinar do Século XX, Actas do Colóquio 2 a 5 de Abril de 2003*, Coimbra, Centro de Estudo Interdisciplinar do Século XX da U.C, CEIS20, Quarteto, 2003.

RICARDO, David, *Princípios de Economia Política e de Tributação*, Tradução de Maria Adelaide Ferreira, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1975.

RODRIGUES, Bettencourt, *A Pátria Brasileira - Rápido esboço da sua evolução política, social e económica*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1926.

RODRIGUES, Bettencourt, *Uma confederação Luso-Brasileira - Factos, Opiniões e Alvitres Prováveis alianças e agrupamentos de Nações*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1923.

RODRIGUES, Bettencourt, *Vinte e Oito Mezes no Ministério dos Negócios Estrangeiros - de 12 de julho de 1926 a 9 de Novembro de 1928*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1929.

ROMERO, Sylvio, *O Elemento Portuguez no Brasil – Conferencia*, Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1902.

SALGADO, Francisco Ribeiro, *Interesses económicos luso-brasileiros*, 1ª edição, Lisboa, Livraria. J. Reis & Silvas, 1927.

SANTOS, Regina Maria Seixas dos, *Portugal na exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908 - Significados e intenções*, Porto, Dissertação para Mestrado em relações históricas Portugal, Brasil, Africa e Oriente, Universidade do Porto, 1999.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal, A Primeira República (1910-1926), História Diplomática, Social, Economia e Cultural*, Volume XII, 2ª Edição, Editorial Verbo, 2001.